

Fiúza liberou subvenções para José Geraldo

■ Entidades assistenciais e culturais de fachada, controladas pelo deputado e 'anão' mineiro, receberam verbas do então ministro

FRANKLIN MARTINS

BRASÍLIA — O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), quando ministro da Ação Social, autorizou a liberação de subvenções sociais para diversas entidades assistenciais e culturais de fachada, controladas pelo deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), um dos sete anões da Comissão de Orçamento. O registro dessas entidades junto ao Conselho Nacional de Serviço Social era feito de forma tão grosseira que, ao credenciar a Associação Cultural Porto Velho, José Geraldo forne-

ceu o telefone da mãe e o endereço da irmã como sendo da entidade, que é presidida por um funcionário da Engesolo, firma de propriedade do deputado.

"Em seu depoimento à CPI, Fiúza garantiu que todas as liberações de subvenções sociais em sua gestão respeitaram as normas e exigências legais. Em Minas Gerais, posso garantir que isso não é verdade", disse o deputado Tilden Santiago (PT-MG). Segundo ele, a Associação Cultural Porto Velho foi registrada no CNSS em julho de 92 e no mesmo mês rece-

ceu aproximadamente US\$ 91 mil do Ministério da Ação Social. Legalmente uma entidade filantrópica deve estar registrada há um ano no CNSS para poder credenciar-se às subvenções. Além disso, José Geraldo organizou pelo menos mais três entidades-fantasmas, contempladas em 92 com cerca de US\$ 215 mil.

Duas delas, a Associação Cultural Pampulha, em Belo Horizonte, e a Associação Cultural Caldas da Rainha, no interior do estado, e que receberam, respectivamente, em 1992, US\$ 78 mil e

US\$ 95 mil, funcionam na Engesolo, empresa de engenharia de José Geraldo, e são presididas pela diretora financeira da firma, Miriam Bueno. Em relação à Sociedade Auxiliar Assistencial Lar Vazio (Salva), a subvenção social de US\$ 42 mil foi depositada na conta de seu presidente, Paulo Antônio Novaes Ribeiro, na agência Santo Agostinho do Banco do Brasil, em Belo Horizonte, embora a sede da entidade, de acordo com os registros no CNSS, seja em Juiz de Fora. Ribeiro trabalha na Assembléia Le-

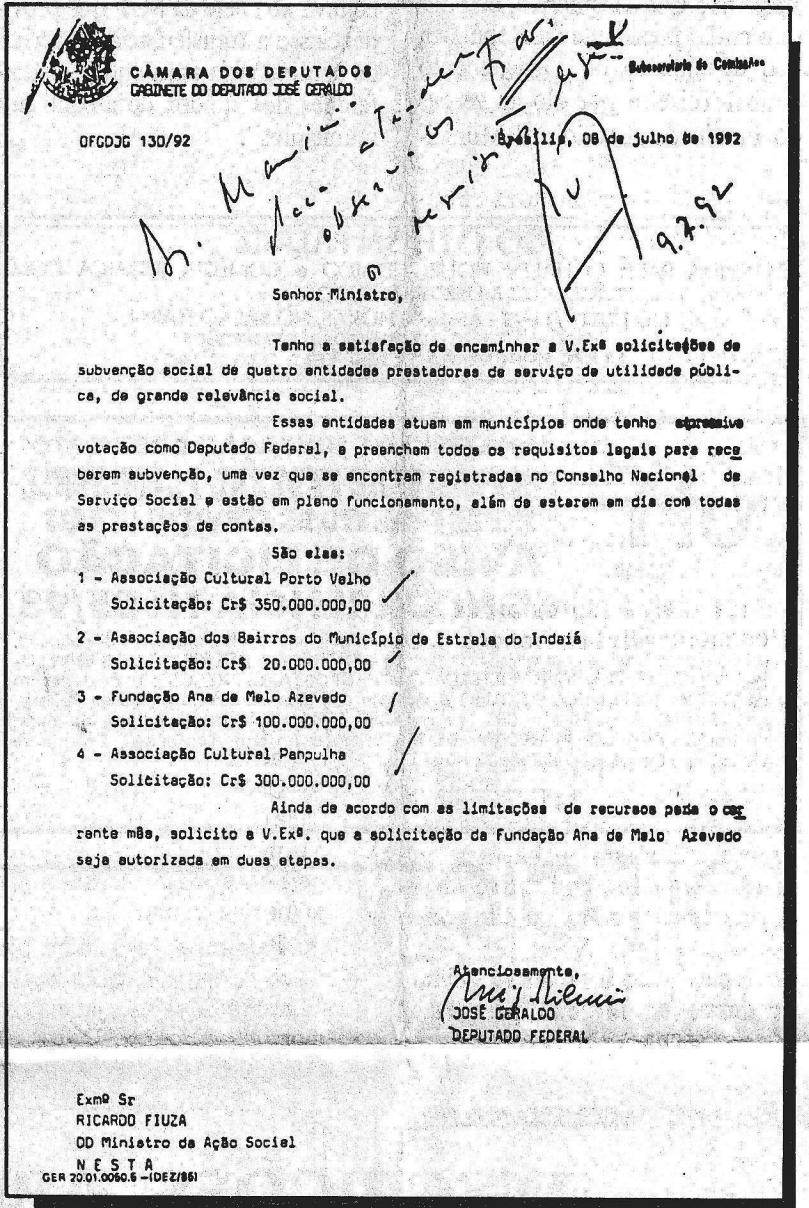
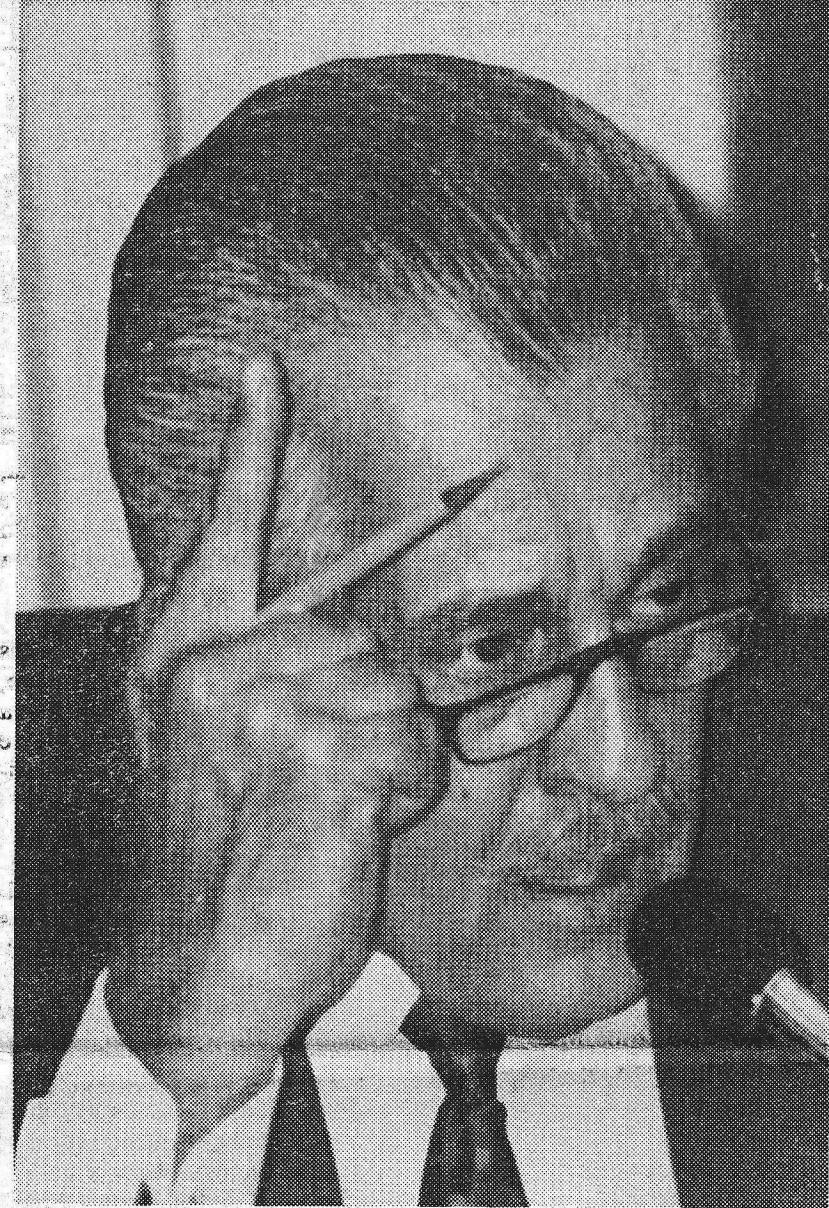
gislativa de Minas Gerais, no gabinete do deputado Amilcar Padovani (sem partido) e informou que a Salva transferiu-se para Belo Horizonte, funcionando na sua própria casa.

Em família — O caso mais gritante, porém, é o da Associação Cultural Porto Velho. Nos arquivos do CNSS, o telefone da entidade é 031-881-1406, número que consta na lista telefônica da cidade de Ponte Nova como sendo da assinante Celeuta Siqueira Ribeiro, que vem a ser a mãe do deputado. O endereço fornecido

como sendo da associação é avenida Francisco Vieira Martins, 1097, onde existe um prédio de apartamentos. No apartamento 202 morava em 1992 Sônia Cafuso Ribeiro, irmã de José Geraldo.

O presidente da entidade é Ricardo Correia de Almeida, que indicou ao CNSS como seu domicílio rua Tomé de Souza, 300, onde funciona a Construtura Agmar Ltda. Mas na conta corrente 143367, que abriu na agência 1222 do BB para receber a subvenção, Almeida deu como endereço rua Alcobaça, 1210, sala 203, o mesmo da Engesolo.

Arnaldo Schulz — 3/11/93



Fiúza garantiu à CPI que todas as liberações de verbas eram corretas